



## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

# **30 ANOS DE PED-DF: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE E DO RENDIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL**



Essa nota apresenta a evolução da atividade e das remunerações no mercado de trabalho do Distrito Federal, entre 1992 e 2021, considerando sua dimensão demográfica e social, esta pela via das taxas de participação, taxas de desemprego e composição setorial<sup>1</sup>. Este período, de praticamente 30 anos, corresponde à metade do tempo transcorrido desde a fundação de Brasília, ao longo do qual o levantamento contínuo da Pesquisa de Emprego e Desemprego<sup>2</sup>, utilizada neste estudo, retratou diferentes ciclos do mercado de trabalho local.

A evolução da atividade laboral remunerada no Distrito Federal entre 1992 e 2021 mostra que, em 30 anos, o mercado de trabalho praticamente dobrou, envelheceu e enegreceu. A taxa de desemprego, entre altos e baixos, terminou o período ligeiramente maior do que iniciou, sendo estruturalmente alta, especialmente entre jovens, negros e mulheres. A proporção de mulheres e negros na composição da população economicamente ativa aumentou, com destaque para os negros, que passaram de 40,4% para 64,6%, no período.

- **Entre 1992 e 2021, a população no Distrito Federal cresceu vigorosamente**, passando de 1,64 milhão para 3,09 milhões de habitantes, quase dobrando (um crescimento de 88%). A população do DF cresceu 2,14% ao ano, ou 53,8 mil pessoas.
- **A população em idade ativa (PIA)**, composta por pessoas com 14 anos ou mais, **elevou-se ainda mais: perto de 125% nesses 30 anos**, passando de 1,1 milhão para 2,5 milhões de pessoas, ou a uma taxa anual de crescimento de 2,73%. Logo, a taxa de atividade (PIA/pop. Total) aumentou.
- **A PIA envelheceu significativamente**. Em 1992, cerca de 47% da PIA estava na faixa de jovens (15 a 29 anos), proporção essa que caiu para 28,1% em 2021. Por outro lado, as faixas de 30 a 59 anos e acima de 60 anos, tiveram sua presença ampliada, passando de 43,6% para 52,5% e de 6,2% para 17,8%, respectivamente, no mesmo período.

1 Todos os dados apresentados foram extraídos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Distrito Federal (Convênio DIE-ESE/ SEADE-SP/ MTE-FAT/ SETRAB-GDF/ CODEPLAN), referentes ao período 1992-2021, calculados a partir da média móvel de doze meses e com valores monetários a preços de novembro de 2021, conforme inflator próprio da PED-DF (INPC-DF). A série teve breves períodos de interrupção nos anos de 2013 (setembro a dezembro), 2014 (janeiro a agosto), 2019 (entre setembro e dezembro) e 2020 (janeiro e fevereiro).

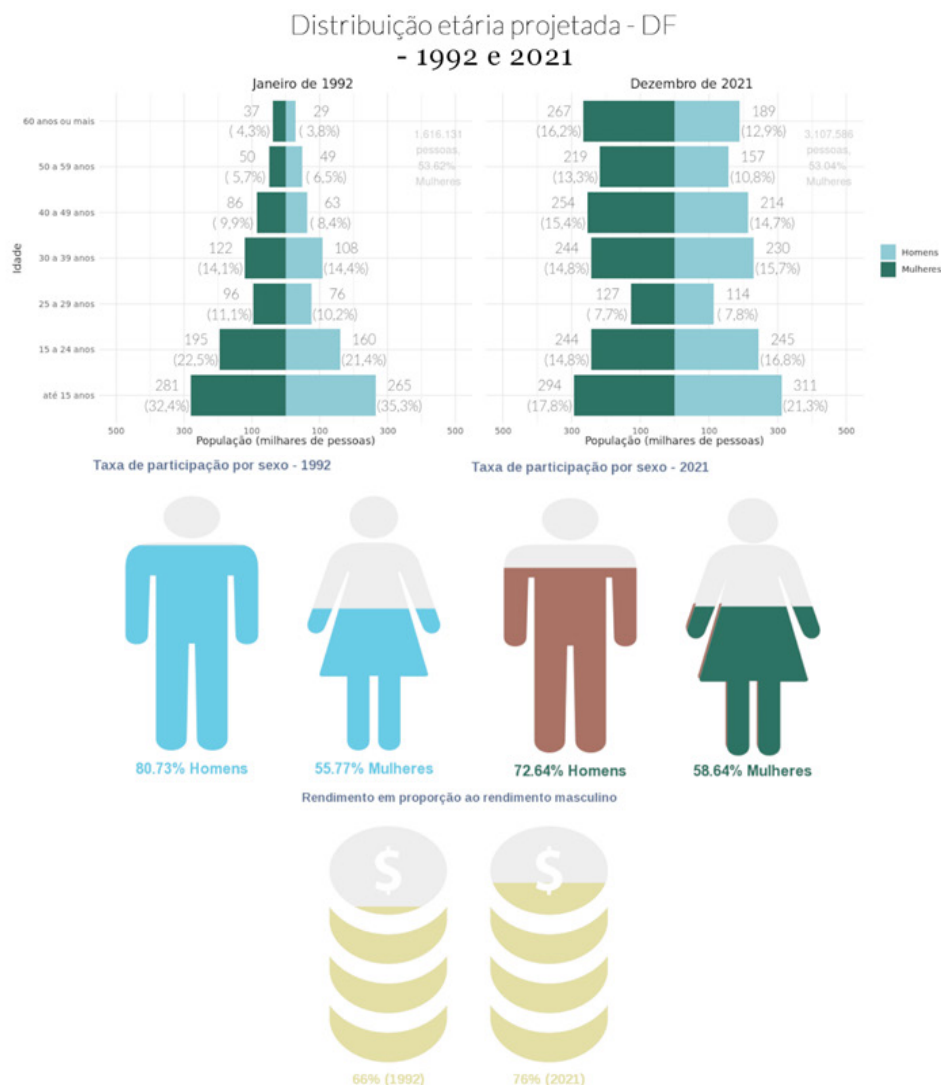
2 Esses dados derivam da captação realizada pela PED em domicílios das Regiões Administrativa do Distrito Federal, focalizada, portanto, na condição ocupacional dos habitantes desta dimensão territorial. Em decorrência desta limitação de escopo, as oportunidades de trabalho geradas no DF para pessoas, que residiam nos municípios que o circundam, não eram mensuradas. A partir de agosto de 2020, esta situação foi alterada com a ampliação de abrangência da PED também para as Cidades de Goiás que conformam a Periferia Metropolitana de Brasília – PMB. Em outubro de 2022, estimava-se que 220 mil pessoas, dentre os residentes na PMB, trabalhavam no Distrito Federal, demonstrando que ao longo de sua contínua estruturação, a Pesquisa de Emprego e Desemprego cresceu para sustentar não somente o debate sobre a situação socioeconômica da população do Distrito Federal, mas também o potencial da Capital da República no âmbito da geração de ocupação e renda. Em trabalhos futuros, esta outra ótica será abordada.

- **A população ocupada também tem envelhecido.** A presença de jovens dentre os ocupados diminuiu à metade entre 1992 e 2021, passando de 45,3% para 24,2%, ao passo que contingentes das faixas etárias superiores ganharam participação relativa, elevando de 51,9% para 69,7% do total, para aqueles entre 30 e 59 anos, e de 2,2% para 6%, o das pessoas com 60 anos ou mais, no mesmo período.
- A população economicamente ativa (PEA), composta por ocupados e desempregados, cresceu 115% no período, em ritmo ligeiramente menor (2,63% a.a., em média<sup>3</sup>) do que a população em idade ativa, o que resultou em **pequena queda da taxa de participação global (PEA/PIA)**. Por outro lado, o **diferencial de taxa de participação entre homens e mulheres caiu 11,5 p. p. entre 1992 e 2021**. Porém, persiste uma distância significativa (14 p. p.), com sinal de estabilidade nos últimos anos.
- **A participação de mulheres e de negros na PEA aumentou.** As mulheres eram 44,4% da PEA em 1992 e 48,5% em 2021. O maior destaque, entretanto, é para a evolução da **participação de negros na PEA, que passou de 40,4% para 64,6% no período**.

---

3 Quando a referência for média de crescimento, o cálculo se refere à média geométrica.

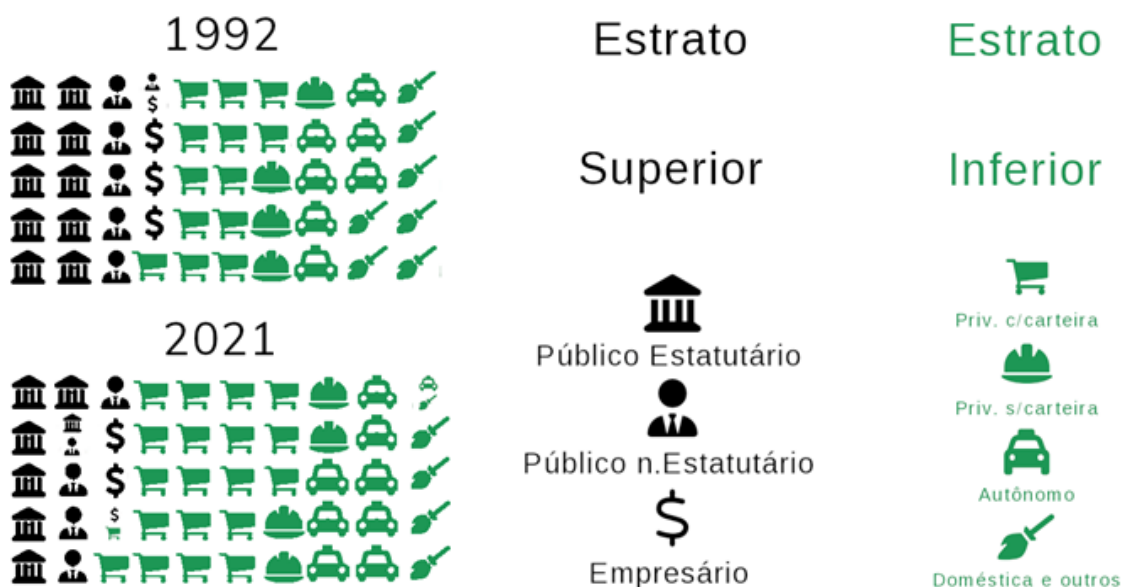
Figura 1: Mulheres no mercado de trabalho do Distrito Federal - Infograma - 1992 e 2021



Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/DIEPS/ IPEDF Codeplan, média móvel de doze meses

- A ocupação no setor público perdeu espaço para o trabalho autônomo e, sobretudo, para o assalariamento no setor privado.** Os assalariados do setor público (estatutário e não estatutário) correspondiam a cerca de 30% da população ocupada em 1992, percentual que passou a 22%, em 2021. Em contraste, no mesmo período, a proporção de assalariados do setor privado (com e sem carteira de trabalho) no total de ocupados cresceu de 34% para 47,5%, enquanto a de autônomos registrou expansão menos acentuada de 14,9% para 16,9%, respectivamente. O trabalho doméstico, por sua vez, teve sua representatividade reduzida em mais de 50% em relação ao total de ocupações entre 1992 (11,7%) e 2021 (5,2%).

Figura 2. Ocupações por posição - DF - 1992 a 2021

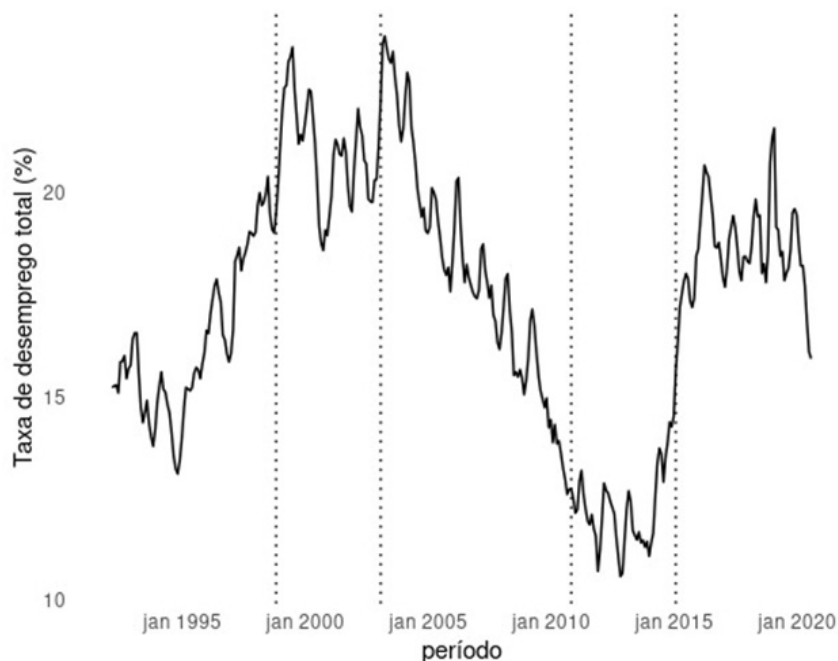


Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/DIEPS/ IPEDF Codeplan, média móvel de doze meses

- **Considerando a taxa de desemprego total (TDT) – aberto e oculto –, o período de 30 anos pode ser dividido em cinco subperíodos<sup>4</sup>** para fins analíticos – esta periodização em si é um resultado importante da pesquisa. De 1992 a 1998, houve elevação de 15,35% para 19,67% da TDT. Entre 1999 e 2002, tal taxa se estabilizou em patamar elevado, acima de 20%. No terceiro subperíodo, 2003-2010, a tendência da taxa de desemprego foi de queda, de 22,71% para 13,17%. Subsequentemente, de 2011 a 2014, novamente presenciou-se pouca dinâmica relativa da TDT, oscilando entre 11,52% e 11,93%, quando anotou o menor patamar da série histórica. Por fim, o subperíodo de 2015 a 2021 marcou o retorno do crescimento nesse indicador, que passa de 13,59% para 17,96%.

<sup>4</sup> Teste de quebra estrutural da série de taxa de desemprego total implementado pelo pacote strucchange (v 1.5.3) no software R (v.4.2.2), sem predefinição de número de quebras, método descrito por Zeileis et al. (2003).

Gráfico 1 - Taxa de desemprego total, Distrito Federal, 1992-2021.



Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/DIEPS/ IPEDF Codeplan, média móvel de doze meses

- **A taxa de desemprego do Distrito Federal é estruturalmente elevada, ainda mais entre as mulheres, os negros<sup>5</sup> e os jovens.** Em 1992, a taxa de desemprego total era de 13,8% para os homens e 18% para as **mulheres**, passando para 14,8% e 19,9%, em 2021, respectivamente, com diferencial médio das taxas de desemprego total de 3,9 p. p. entre os sexos no período. Em relação ao desemprego oculto, entre as mulheres é mais presente aquele pelo desalento, ao passo que para os homens a maior incidência é o desemprego oculto por trabalho precário. Entre 1992 e 2021, a taxa média de desemprego oculto por desalento foi de 3,2% para mulheres e 1,5% para homens; e a taxa média de desemprego oculto por trabalho precário foi de 2,0% e 3,7%, respectivamente.
- **Entre os jovens (15 a 29 anos), a taxa média de desemprego total entre 1992 e 2021 foi de 27,8%.** Em três décadas, o subperíodo 2015-2021 foi o mais desfavorável para os jovens, quando em média 32,8% dos economicamente ativos permaneceram desempregados, já, o subperíodo 2011-2014 foi o menos desfavorável (taxa média de 21,5%). Esta condição se apresenta diferenciada segundo as faixas etárias internas da juventude: a parcela entre 15 e 24 anos, que reúne os adolescentes e jovens-jovens, registrou taxa de desemprego médias quase duas vezes maior que a parcela dos jovens-adultos (25-29 anos, ao longo de todo o período. Constata-se que o desemprego na juventude persistiu elevado relativamente ao das faixas etárias mais elevadas.

5 Indivíduos autodeclarados como pretos ou pardos.

- **Entre os negros, a taxa média de desemprego total foi de 18,9%, superior em 4,1 p. p. a dos não negros, no mesmo período.** Em 1992, as TDT de negros e não negros eram, respectivamente, 18,1% e 13,7%; em 2021, avançaram para 19,7% (negros) e 14,8% (não negros). Em alguns momentos da série, a TDT dos negros foi superior a 20% (1997-2004 e 2017-2020), algo que nunca aconteceu com os não negros. A taxa de desemprego oculto também é maior entre os negros em comparação com os não negros – média de 5,9% e 4,2%, respectivamente, no período.

O rendimento médio real do trabalho principal avançou pouco nos últimos 30 anos, embora o crescimento do período 2003-2014 se destaque. A persistência de estratos “superior” e “inferior” marcam a desigualdade estrutural do mercado de trabalho do DF, traduzindo-se em dois grupos de ocupados com patamares de rendimento bastante diferentes, em que pese a redução do índice de Gini global do rendimento médio real do trabalho principal. Os assalariados estatutários do setor público dobraram seu rendimento, contrastando com a estagnação dos assalariados do setor privado com carteira assinada. A diferença de rendimento entre homens e mulheres caiu ao longo do período, enquanto que, para os trabalhadores negros, o período de melhoria em relação aos brancos se reverteu, voltando a níveis de desigualdade alarmantes.

- **O rendimento médio real do trabalho principal (rmrtp) dos ocupados cresceu apenas 8,9% ao longo de 30 anos**, equivalente a um crescimento de 0,49% a.a. Por trás dessa taxa média geral, há diferenças relevantes por subperíodos. Nos subperíodos 1999-2002 e 2015-2021, o rmrtp decresceu a 1,29% e 1,24% a. a., em média, respectivamente. Por outro lado, 2003-2010 e 2011-2014 são subperíodos em que se destaca o crescimento do rmrtp, 1,80% e 1,63% a.a., em média, respectivamente.

Tabela 1: Crescimento do rendimento médio real do trabalho principal, subperíodos selecionados, Distrito Federal, 1992 a 2021

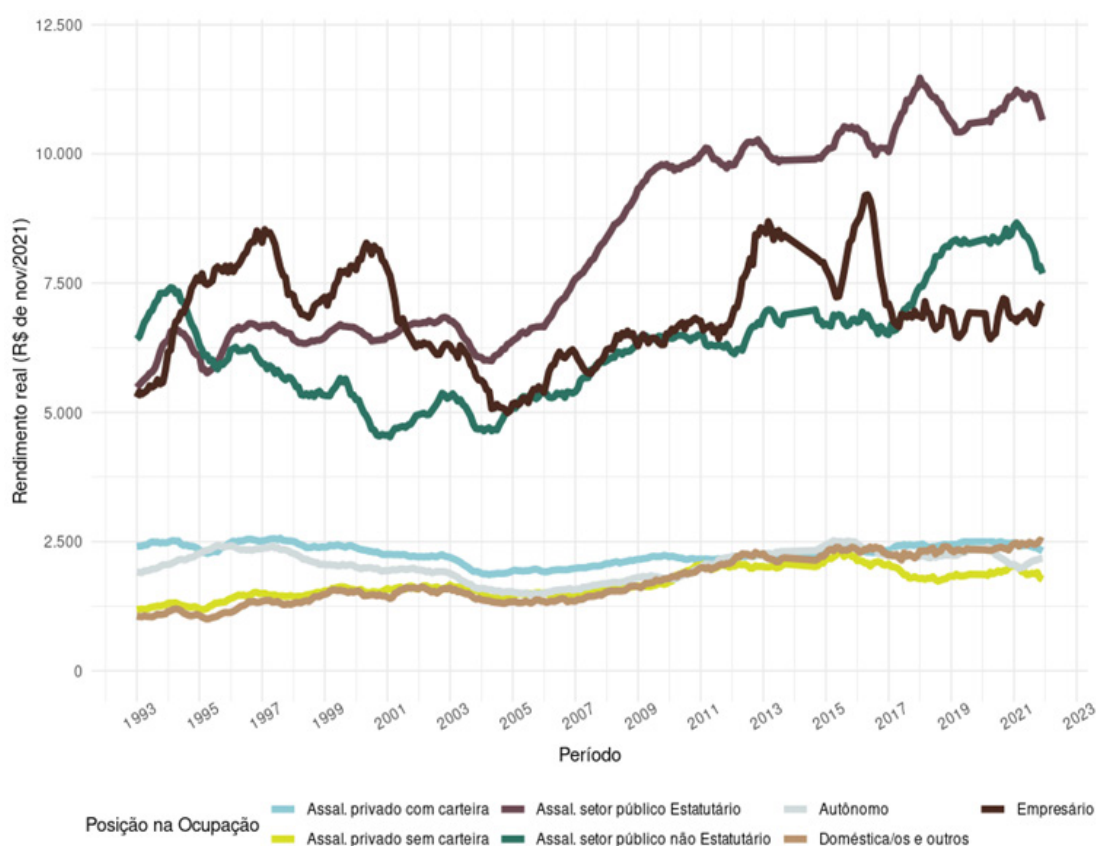
Subperíodo	Crescimento acumulado no Período (%)	Crescimento anual (%)	Taxa de inflação média anual (%)*	Gini Médio
1992-1998	2,08	0,30	15,6	0,569
1999-2002	-5,06	-1,29	10,6	0,556
2003-2010	15,4	1,8	7,15	0,561
2011-2014	4,98	1,63	10,7	0,542
2015-2021	-7,21	-1,24	7,09	0,536
1992-2021	8,91	0,29	7,62	

Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/ DIEPS/ IPEDF Codeplan, preços de novembro de 2021, média móvel de 12 meses e observação do primeiro trimestre de 1992. \* Conforme mensurado no inflator da PED-DF, a partir de 1995.



- Em relação à posição na ocupação, o estudo identificou a existência de dois grupos polares**, em termos de rmrtp: um “estrato superior”, composto por ocupados no setor público (assalariados estatutários e não estatutários) e por um conjunto de empresários (empregador e donos de negócios familiares); e um “estrato inferior”, composto por assalariados do setor privado (com e sem carteira de trabalho), autônomos (voltados para o público geral ou para empresas) e empregados domésticos. Ao longo dos anos, a permanência de uma expressiva diferença entre os patamares de remuneração dos ocupados nestes “polos” desponta como marca estrutural do mercado de trabalho contemporâneo do DF. Entre 1992 e 2021, o rmrtp do “estrato superior” passou R\$5.774 para R\$8.812, respectivamente, com presença média entre o total de ocupados de 29,8% em todo o período; no caso do “estrato inferior”, o rmrtp passou de R\$1.801 para R\$2.140, com proporção média de 63,5% entre os ocupados nos 30 anos analisados. Assim, entre 1992 e 2021, o rmrtp do “estrato superior” passou de 3,21 para 4,12 vezes o rmrtp do “estrato inferior”, respectivamente, com média de 3,83 vezes em todo o período.

Gráfico 2: Rendimento real do trabalho principal por posição na ocupação, Distrito Federal, 1992 a 2021.



Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/DIEPS/ IPEDF Codeplan, média móvel de doze meses; preços de novembro de 2021.



- No "**estrato superior**", destacou-se o crescimento de 94,3% do rendimento do trabalho dos assalariados do setor público que compõem o segmento dos **estatutários**, entre 1992 (R\$5.480) e 2021 (R\$10.650), que superou largamente o observado dentre servidores não estatutários, cuja remuneração ascendeu (e 19,8% (de R\$ 6.415 para R\$ 7.685, no mesmo período) e mesmo dos empresários (cujo rmrtp elevou-se 34,8%).
- No "**estrato inferior**", verificou-se a estagnação do rendimento médio dos assalariados com carteira, que contrastou com a elevação do rmrtp dos **assalariados sem carteira** de trabalho (45%); e o crescimento do rmrtp dos **empregados domésticos**, que dobrou no período, alcançando aproximadamente R\$ 1.290, em 2021.

Quadro 1: Rendimento médio real do trabalho principal e proporção da população ocupada, por posição na ocupação no Distrito Federal, 1992 e 2021.

Posição na ocupação	1992			2021			Variação na período			
	"RM RTP (R\$)"	Ocupados (%)	Ocupados (qt)	"RM RTP (R\$)"	Ocupados (%)	Ocupados (qt)	"RM RTP (%)"	Part. Ocupados (%)	Part. Ocupados (p.p.)	"Var qtd. Ocupados (%)"
Assal. setor público Estatutário	5.480	20,3	133	10.650	12,7	179	94,3	-37,4	-7,6	34,8
Assal. setor público não Estatutário	6.415	10,9	71	7.685	9,1	128	19,8	-16,5	-1,8	79,9
Empresário	5.290	5,6	37	7.133	5,5	77	34,8	-1,8	-0,1	108,1
Assal. privado com carteira	2.406	27,5	180	2.319	38,7	544	-3,6	40,7	11,2	202,2
Assal. privado sem carteira	1.184	7,6	50	1.768	8,0	113	49,3	5,3	0,4	126,5
Autônomo	1.913	14,1	92	2.177	17,2	242	13,8	22,0	3,1	162,6
Empregados domésticos	685	13,9	91	1.290	8,7	122	88,3	-37,4	-5,2	34,0

Fonte: PED-DF - Convênio DIEESE/SEADE-SP/MTE-FAT/SETRAB-GDF/CODEPLAN. Elaboração: COEPS/DIEPS/ IPEDF Codeplan, média móvel de doze meses; preços de novembro de 2021.

- Não obstante a polarização indicada, o índice de Gini do rmrtp caiu entre 1992 e 2021, de 0,5745 para 0,5402, fruto em parte importante do achatamento da diferença salarial no estrato inferior, conforme notado.
- **Para os assalariados, foram observadas disparidades nas evoluções nos setores público e privado** no tocante à participação relativa no total de ocupados e na massa de rendimentos. Por um lado, apesar da proporção relativa dos empregados do setor público ter sofrido redução de 30% para 22% no total de ocupados entre 1992 e 2021, sua participação no total de rendimentos do trabalho principal apresentou relativa estabilidade – média de 54,1% no período. Os assalariados do setor privado, por outro lado, aumentaram substancialmente sua participação no total de ocupados (de 34% para 47,5%), mas pouco avançaram na fatia da massa de rendimentos (de 22,2% para 25,5%), no mesmo período.

- Considerando o grau de instrução, **o rmrtp dos ocupados com ensino médio completo ou superior incompleto decresceu 46%** entre 1992 e 2021, implicando o encurtamento da distância de rendimentos em relação à população com menor escolarização. Esse movimento se destaca sobretudo entre os assalariados do setor privado (com e sem carteira de trabalho), ao passo que, para os assalariados do setor público estatutário, a realidade é diferente, denotando a capacidade de manutenção ou elevação dos rendimentos do trabalho no tempo dessa posição na ocupação. Vale notar, os assalariados não estatutários do setor público não tiveram o mesmo sucesso que os estatutários, registrando períodos de queda e estagnação do rmrtp no período.
- **No caso dos ocupados com ensino superior completo ou mais, destacam-se duas observações.** Primeiramente os servidores estatutários notadamente apresentaram melhor evolução, com longos períodos de manutenção do elevado patamar de rendimento e alguns momentos de ganhos reais. Do mesmo modo, dentre assalariados do setor público de faixas de grau de instrução inferiores também foi distinta a evolução das remunerações entre estatutários e celetistas, que tiveram períodos de redução no rmrtp. Uma segunda observação está relacionada às diferenças alarmantes entre os rendimentos dos assalariados do setor público e do segmento privado com carteira, segundo escolaridade, visto que o rmrtp caiu pela metade, aproximadamente, entre os ocupados com ensino superior completo ou mais. Esses dados sugerem que o mercado de trabalho do DF apresenta poucas possibilidades de inserção bem remunerada fora do setor público para indivíduos mais escolarizados – ser “empresário” seria uma delas, mas essa não é uma “opção” para a imensa maioria da população (pelos requisitos de capital, acesso à crédito, conhecimento etc.).
- **A diferença de rendimento médio real do trabalho principal entre homens e mulheres apresentou tendência de queda no período.** Em 1992, o rmrtp dos homens (R\$3.891) era 51,5% maior que o das mulheres (R\$2.568) e, em 2021, o rmrtp dos homens (R\$ 4.269) era 31,5% superior ao das mulheres (R\$3.246), o que representa um diferencial ainda muito significativo.
- **Em contraste, a diferença do rendimento médio real do trabalho principal entre ocupados brancos e negros aumentou no período,** após apresentar tendência de queda na primeira década da série. Em 1992, o rmrtp dos brancos (R\$3.903) era 63,6% superior ao dos negros (R\$2.386), e, em 2021, esse percentual atingiu 73,9% (brancos R\$5.245; negros R\$3.017).
- **A evolução da massa de rendimentos** reais do trabalho principal revela dinâmicas diferenciadas do mercado de trabalho do Distrito Federal, com **mudanças bruscas em dois momentos: 2003 e 2015.** Em particular, o singular dinamismo pela combinação de aumento no volume e no rendimento das ocupações entre 2003 e 2014 contrasta fortemente com a estagnação na ocupação e retrocesso dos rendimentos reais desdobrados a partir de 2015.

**Ficha Técnica:**

**Diretoria de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas – DEPS**

- Pietro Rodrigo Borsari
- Rodrigo Emmanuel Santana Borges

**Revisão e copidesque**

**Diagramação**

Mauro Moncaio